

DIAS, Maria Berenice*. **Incesto e Alienação Parental**: Realidades que a Justiça insiste em não ver. 2. ed.. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 320 p.

Diego Prezzi Santos

Com o título *Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver*, a autora reúne diversos especialistas de renome nacional e coordena obra conjunta sobre as relações da família atual com dois temas bastante indigestos e pouco explorados no Brasil: o incesto e a alienação parental.

Em uma leitura apressadas, pode-se questionar qual é razão de dois temas tão diversos serem tratados juntos. A resposta é vista durante a leitura dos artigos que compõe o livro apresentado por Maria Berenice Dias, o qual mostra como cenários artificiais que envolvem aproximação sexual (ou outro abuso) pode transformar um dos pais em um mostro.

O sumário fora elaborado para permitir leitura sequencial dos textos e, assim, possível formulação do quanto estão interligados os dois temas, culminando com a constatação de que a visão romantizada da família não é sempre correta, porquanto a instituição familiar atual mostra-se bastante diferente da concepção ingênua e perene com a qual sempre foi enxergada.

Identificaram-se as semelhanças entre o incesto e a alienação parental no contexto da família brasileira atual, bem como a situação das denúncias falsas, seus efeitos de desagregação familiar, a gravidade dos atos e o mito da família feliz que ainda oculta sentimentos que surgem no decorrer da vivência ou após a dissolução da união conjugal.

Os temas foram apresentados com riqueza de detalhes e verticalizados, analisando-se questões como conceitos, características, sujeitos envolvidos, comportamentos, além das medidas que podem ser decretadas pelo Judiciário na proteção da criança.

Os efeitos sofridos pela criança envolvida com estas expressões de violência não foram desconsiderados no trabalho e se mostraram aptos a agredir a integridade psicofísica daquele que é vitimado pelo incesto ou pela alienação parental que passa a ser atingido por uma sensação de orfandade psicológica.

Tratou-se do sigilo intrafamiliar e de como a psicanálise pode contribuir para que seja a verdade de um abuso levada as autoridades, bem como do processo judicial que poderá punir o abusador sexual.

A ética do psicólogo na condução da investigação, a produção de provas e o interrogatório do abusado foram objeto da pesquisa e seus resultados integrados a obra como foram de se elaborar princípios de proteção ao menor inserido em contexto de violência.

Pode-se observar, com efeito, a lucidez cognitiva e a ampla diversidade de informações

* A jurista Maria Berenice Dias - ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família - é conhecida pelos estudos que desenvolve no direito de família com enfoque em diversidade sexual e violência doméstica e brinda a comunidade jurídica com um novo título publicado pela casa editorial Revista dos Tribunais.

integradas ao tema principal por sempre buscarem tratar de questões afetas à promoção humana, particularmente das pessoas envolvidas em abuso sexual e psicológico e de que forma esses fatos podem minar a Dignidade.

Atenta aos aspectos jurídicos, psicológicos e processuais, os 15 (quinze) artigos da obra afiguram-se essenciais para a prospecção de conhecimento sobre essa oculta realidade na qual estão inseridas muitas pessoas.

É desfeita a crença de que, no âmbito da família, não há abusos e o fato de não se negar fatos importantes e chocantes torna o levantamento bibliográfico interdisciplinar tão valioso e relevante para construir maior proteção para criança.

O compêndio torna-se, portanto, livro daqueles que merecem – pelo ineditismo e hodiernidade - uma leitura que permite conhecimento profundo tanto consoante incesto quanto concernente à alienação parental, culminando com interligação necessária entre os temas, o que poderá facilitar o trabalho do legislador e dos operadores do Direito.

Mestrando do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR; Pós-graduando em Direito e Processo Penal na Universidade Estadual de Londrina – UEL; Graduado pela Universidade Estadual de Londrina – UEL; Docente no Curso de Direito na Faculdade Catuaí; Advogado. E-mail: diegoprezzi@yahoo.com.br